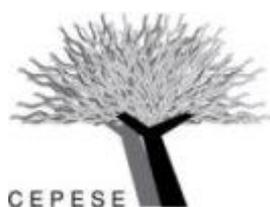




CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade



Integração da Imigração Paquistanesa em Portugal

Paulo Fernando Violante de Oliveira
Daniela Sofia Gomes da Silva



Porto

2011

Índice

Resumo

1. Introdução

- 1.1. A Instabilidade Política e Económica no Paquistão e Portugal como Porto de Chegada no Sul da Europa;
- 1.2. A Evolução da Imigração Paquistanesa em Portugal.

2. Perfil da Imigração Paquistanesa

- 2.1. Agregados Familiares e Caracterização Etária
- 2.2. Habilitações Académicas

3. A Integração da Minoria Étnica e Estabelecimento na Capital

- 3.1. Conjuntura Económica Nacional e Áreas de empregabilidade
- 3.2. A Política Portuguesa de Acolhimento
- 3.3. Atitudes na Sociedade Receptora e a Acção dos Meios de Comunicação
- 3.4. Distribuição Espacial na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal Continental e Insular
- 3.5. Mesquita Central de Lisboa, um Farol para os Imigrantes de Confissão Islâmica?

4. Síntese Conclusiva

Bibliografia

Anexos

Resumo

A preocupação de fundo desta investigação é entender a atracção crescente que Portugal tem vindo a exercer sobre diversas nacionalidades, posicionado geograficamente no sul da Europa e beneficiando de abertura económica e política nas últimas décadas. À semelhança do que tem caracterizado globalmente a imigração rumo à Europa, com a especial incidência de uma nova presença muçulmana, Portugal também tem vindo a integrar na sua sociedade, elementos provenientes de sociedades de matriz islâmica e, visto isto, desde logo surgiu interesse em abordar um caso específico que permitisse particularizar a experiência de inclusão de uma comunidade maioritariamente islâmica no nosso país. Seleccionando a comunidade paquistanesa como objecto de estudo, em virtude da sua relevância entre o conjunto de nacionalidades árabes que imigram para Portugal, foram delineados como objectivos: traçar a evolução desse fluxo migratório nos últimos anos; caracterizar estes imigrantes a nível de faixas etárias, sexo, habilitações académicas; e extrair ilações quanto a possibilidades profissionais, equacionando sectores favoráveis da economia portuguesa e as tendências laborais dos imigrantes em causa. Não perdendo de vista as homogeneidades que se verificam quando observada a comunidade muçulmana no seu todo, são aqui sintetizadas as particularidades na distribuição espacial e as formas de integração e fixação familiar, profissional e religiosa, pondo a descoberto o papel da religião muçulmana como factor de coesão. O conhecimento concreto dos traços distintivos do nosso objecto de estudo foi complementado por outros aspectos focados como a importância dos paquistaneses repercutida nos meios de comunicação, a inexistência de tensões relevantes ou incompatibilidades culturais e a natureza de relações que estabelecem para viabilizar a sua sustentabilidade no país receptor.

Palavras-chave: imigração, integração, islamismo, Paquistão, minorias.



Abstract

The major preoccupation of this research is to understand the growing attraction that Portugal has been exercising on different nationalities, being geographically located in southern Europe and benefiting from economic openness and policy in recent decades. Similar to what has characterized the overall immigration to Europe, with particular focus of a new Muslim presence, Portugal also has integrated into their society, elements from the array Islamic societies, and so interest immediately emerged to address the specific case that would allow to individualize the experience to include a majority Islamic community in our country. By selecting the Pakistani community as an object of study and in virtue to its relevance among all Arab nationalities immigrating to Portugal, objectives were outlined: to trace the evolution of migration in recent years; characterize these immigrants in terms of age, sex, academic, habilitation and to draw conclusions about the professional possibilities, considering sectors of the Portuguese economy and favorable trends in employment of immigrants in question. Not losing sight of the homogeneities that occur when observing the Muslim community as a whole, they summarize the particular spatial distribution and forms of integration and family, professional and religious establishment uncover the role of the Muslim religion as a factor in cohesion. The actual knowledge of the distinctive features of our object of study was complemented by other focused aspects such as falls on the importance of the Pakistani media, the absence of tensions or incompatibilities relevant cultural and nature of relationships established to enable its sustainability in the recipient country .

Keywords: immigration, integration, Islam, Pakistan, minorities.

1. Introdução

De uma perspectiva comparativa dos países europeus ocidentais face à nova imigração islâmica, desde as últimas décadas do século XX, Portugal vislumbra-se como um caso raro de fraco atrito entre a população que chega e a população e instituições receptoras. São vários os países da Europa que se ressentem da intrusão islâmica na Europa e essa reacção ocidental ganha especial impacto em atitudes ostentosas como a do político holandês Geert Wilders, acérrimo defensor da conservação da identidade e dos valores históricos e religiosos nos quais a Europa está alicerçada e que, segundo a sua manifesta opinião, são susceptíveis de enfraquecerem face à “ameaça” islâmica e à *Sharia*. As repercussões da imigração islâmica, erráticamente encarada como corpo cultural homogéneo e temível nos vários países dependem de vários factores, sobretudo do número concreto de indivíduos que dá entrada em cada Estado receptor. Não pode ser esquecido o exemplo da França que abarca muitos dos debates mais polémicos em torno da questão do islamismo sob a sua soberania, em virtude do massivo fluxo de imigrantes islâmicos que dão entrada nas suas fronteiras.

Quando nos fixamos no caso português conseguimos encontrar uma comunidade nacional que não apresenta uma regular e expressa oposição alarmista face a esse novo fenómeno de inclusão de muçulmanos no seu seio. Revela-se antes uma coexistência social e tolerância, senão mesmo indiferença religiosa. Para este facto podemos equacionar a possibilidade de contribuírem para esta moderação a porção de imigrantes muçulmanos recebidos efectivamente por Portugal, a sua nacionalidade e, quiçá, as diferentes gerações e os laços com o ponto de partida, dado o efeito amenizador da renovação geracional. Não é, no entanto,

um dado adquirido que se trate de coexistência mas deverá abrir-se uma possibilidade para o caso de se tratar antes de um silêncio motivado por possível marginalização, embora não pareça provável, tendo em conta a distinta integração que Portugal revela, em contraste com alguns países europeus suscitadores de controvérsias, preferencialmente de base religiosa.¹ Neste ponto da investigação é útil abrir todo um leque de possibilidades a fim de ser entendida a relação da minoria muçulmana com a sociedade portuguesa e respectiva esfera política. Para que seja viável entender o processo de integração de uma das minorias mais relevantes na imigração árabe em Portugal, irá ser tomado como objecto de estudo, os cidadãos paquistaneses em Portugal, partindo-se, desde logo, da alta probabilidade de corresponder a uma população de confissão maioritariamente muçulmana, ou simplesmente com uma ligação ténue a essa confissão religiosa, enquanto alicerce da cultura árabe num país europeu, justificando-se este apelo à união em torno do Islão, especialmente em contexto de migração em que os laços culturais se fortalecem como forma de preservar alguns pontos em comum entre pessoas semelhantes em território estrangeiro, tão distinto das suas matrizes culturais de origem. O caso português é rico neste fenómeno migratório na medida em que comporta importantes particularidades, tal como a mudança de regime em 1974 e a respectiva transição para a democracia, adaptando ao contexto europeu e para um Estado mais aberto e atractivo. A repercussão da componente religiosa é um dos propósitos idealizados mas de concretização não garantida, visto que é complexo sondar informações sobre a prática religiosa dos indivíduos que residem em Portugal. Os dados numéricos nem sempre são fiáveis, sobretudo em relação à população imigrante, por si só de contabilização bastante complexa e assente em cálculos com maior ou menor margem de erro.

Pelo que foi possível apurar até ao momento, a Mesquita Central de Lisboa parece ser o principal pilar dos imigrantes de ascendência muçulmana, principalmente pelo apoio económico e integração social destes recém-chegados. Será curioso analisar o caso dos imigrantes paquistaneses, visto que a tímida dedicação de alguma investigação aos fluxos migratórios que marcaram os anos que se seguiram ao derrube da ditadura e do colonialismo português, focou quase exclusivamente os imigrantes provenientes das antigas colónias, como os cabo-verdianos e os moçambicanos. Com atenção objectiva na etnicidade dos imigrantes,

¹TIESLER, Nina Clara; *Muçulmanos na margem: A nova Presença islâmica em Portugal*, in Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º. 34, 2000, p.118.

em lugar de uma exclusiva preocupação religiosa de problemática definição, a presente investigação terá o intuito de compreender as motivações e evolução da imigração paquistanesa em direcção à Europa do Sul, neste caso com destino a Portugal, perceber as expectativas que trazem e os desafios com que se deparam, como se processa a sua integração, quais os pólos de atracção no espaço e os instrumentos que facilitam a sua inclusão e acomodação ao ponto de chegada e quais as respostas e auxílios que têm ao seu dispor. Ao apurar a importância da população imigrante paquistanesa será interessante depreender se essa importância encontra um correspondente reflexo na sociedade, por exemplo, a nível político. Se os paquistaneses estão próximos, cultural e mentalmente, de outras etnias que representam um valor percentual significativo na área metropolitana de Lisboa, não seria controverso o facto de ninguém se pronunciar acerca desse grupo de eleitores que teria especial impacto nas eleições em Lisboa². Este é apenas um exemplo do que poderá ser ponderado, numa investigação desta natureza, quando há interesse em descobrir de que forma se desenrolam as ligações entre imigrantes muçulmanos e as iniciativas políticas, no que toca aos processos de representação e afirmação de interesses de uma não negligenciável porção de cidadãos, consequentemente soberanos.

A imigração proveniente do Paquistão é englobada na vaga migratória em direcção à Europa envelhecida com o seu Estado Providência a dar sinais de desgaste e a adivinhar uma susceptível ruptura a médio ou longo prazo, pelas tendências demográficas que pouco favorecem a preservação de tal modelo económico. Num Estado social, como o que tem sido apologizado nas últimas décadas, vem-se tornando insustentável assegurar um sistema de segurança social firme, em grande parte da Europa, à medida que a população activa fica sobrecarregada com uma população envelhecida de pensionistas e em que as taxas de fecundidade e de natalidade são baixíssimas e incapazes de assegurar a renovação geracional, ameaçando alguns países de uma possível regressão populacional. Neste panorama, a imigração oferece à Europa uma importante contribuição em população disponível, para ocupar postos de trabalho e, porventura, uma importante contribuição a nível do rejuvenescimento da população, visto que a população que chega, traz consigo distintos hábitos culturais que favorecem frequentemente agregados familiares numerosos ou acima do

²TIESLER, Nina Clara; *Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português*, Análise Social, vol. XXXIX (173), 2005, p.843.

que está a vulgarizar-se no continente europeu; um continente em que as cidadãs europeias, ao ocuparem-se com formação e actividade profissional durante anos, adiando assim a maternidade e o casamento, ou então, por opção livre do casal no que concerne à escolha do número de filhos, conduzem a Europa a um irreversível envelhecimento. A imigração pode revestir-se assim de um significado positivo, colaborando no crescimento económico das sociedades receptoras, tendo em conta as razões atrás sugeridas, ou outras ainda, mas enquanto novidade e, levantando não poucos pontos de atrito é um dos assuntos fulcrais de debate cultural na contemporaneidade globalizada que exige um esforço de adaptação societal, política e civilizacional, nem sempre amigável se nos detivermos, designadamente, em previsões que intimidam alguns europeus mais reticentes face à possibilidade de a população de origem árabe vir a constituir uma percentagem bastante elevada nos seus países, conforme os desígnios da natalidade ditarem a longo prazo, como acontece em França ou na Irlanda, para citar apenas dois exemplos bastante representativos.

Porém as questões aqui levantadas não têm consequências tão lineares como pode parecer à primeira vista e exigem uma análise mais atenta. O exemplo do Estado providência carecer de população activa não pode ser reduzido a uma lacuna facilmente preenchida por imigração disposta e apta a trabalhar. Como faziam notar Grete Brochmann e Jon Erik Dölvik: “*caso um grande número de novos residentes seja incapaz de garantir o seu próprio sustento, isso pode afectar a sustentabilidade do próprio sistema de protecção social no longo prazo, pelo que uma das questões fundamentais consiste em como garantir a absorção proveitosa pelo mercado de trabalho de uma proporção elevada dos imigrantes*”³.

Resumindo, a imigração diante o Estado social pode seguir por uma de duas vias: uma via positiva e desejável, sobretudo para o Estado de acolhimento, que permitirá integrar perfeitamente o imigrante em oportunidades de empregabilidade, canalizando a força do seu trabalho num contributo concreto para a riqueza do país ou, por outro lado, a imigração poderá descarrilar numa via negativa, a via da dependência da solidariedade do Estado providência, sobrecarregando ainda mais o sistema de protecção social. É por esta contradição fundamental que se torna necessário avaliar o impacto da imigração numa determinada sociedade, ou continente, de forma a tentar medir as vantagens e desvantagens adjacentes e as

³PAPADEMETRIOU, Demetrios G.; A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2008, p.252.

políticas mais adequadas a aplicar de forma a velar pelo interesse do maior número de indivíduos possível, autóctones ou imigrantes e pelo equilíbrio económico dos países. Mais do que um assunto de discussão nacional, as migrações são cada vez mais um assunto de discussão bilateral, regional e até mundial. Importa pois sondar o impacto concreto da presença islâmica e, neste caso, com especial foco na presença paquistanesa, para conseguir esclarecer traços característicos, a maior ou menor relevância conforme o número seja significativo ou não em relação à população total e em relação ao cenário geral da recepção europeia destes imigrantes e compreender o lugar que ocupam na economia nacional, retirando de toda esta observação possíveis ilações quanto ao nível de integração desta minoria.

1.1. A Instabilidade Política e Económica no Paquistão e Portugal como Porto de Chegada no Sul da Europa

Os crescentes fluxos migratórios, nas últimas décadas do século XX até ao presente, encontram justificação em factores de vária ordem, desde a facilidade de deslocações e comunicações às oportunidades de fixação e integração de pessoas em diferentes países graças a mecanismos de compatibilização da situação do ponto de partida com o ponto de chegada, e aqui podem ser notados, tanto os meios relativos à concessão de cidadania ou certificado de residência como os meios de correspondência de aptidões, como vigora de forma cada vez mais homogénea e aberta a transferência de competências dentro da União Europeia através de uma movimentação progressivamente desimpedida referente à formação e qualificações reconhecidas dentro da Comunidade. Este agrupamento regional oferece oportunidades únicas e sedutoras, especialmente aos olhos de determinadas nacionalidades em situações não tão beneficiadoras de circunstâncias igualmente favoráveis à expansão de formação e, respectivamente, de um ampliar do nível de vida, comparado com o nível em Estados fracos, especialmente aqueles que processam a sua consolidação soberana numa lógica de desagregação de uma anterior e mais alargada autoridade, no caso do Paquistão, da desagregação da antiga Índia Britânica sob égide do Império Britânico, oficialmente, até 1947.

À situação de independência estiveram inerentes dificuldades de ordem, sobretudo, política e económica, sendo conhecidas as repercussões inevitáveis que se projectam nos vários

domínios da sociedade, como a saúde, educação, justiça, administração pública, entre outros. A carência de uma liderança capaz de centralizar toda a população integrante do Estado paquistanês transparece uma situação de ingovernabilidade e de exigência de uma procura incessante por um agente unificador. À preponderância da religião como elemento centralizador e homogeneizador, pode estar intrínseca a lógica de canalização de ímpeto puritano das populações em favor de interesses particulares e corruptos que encontram, em períodos de indefinição e inconstância, o momento propício ao empreendimento das suas causas e afectam a ordem que é procurada num Estado em construção, ainda na fase do cimentar das suas instituições e infra-estruturas. A interferência de certas células independentes, refiram-se células terroristas, e aqui, destituindo-se qualquer tentativa de ampliação negativista das acções imbuídas de cariz islâmico, pode forjar significativamente as dinâmicas, sejam formais ou institucionalizadas, numa determinada sociedade e afectar o bem-estar e os projectos de vida a título individual dos cidadãos que albergam especialmente num Estado com forte propensão aos distúrbios e à guerra civil, considere-se o exemplo da guerra da independência do Bangladesh ou todos os conflitos digladiados com a Índia, a propósito da questão de Caxemira. Não obstante os infortúnios económicos e as dificuldades governativas terem marcado grande parte do percurso do recente Estado, é certo que a República Islâmica do Paquistão apresenta, desde a década de 90 um notável crescimento económico e um desempenho eficaz a nível de mercado. Resistem ainda, sem dúvida, amplas dificuldades no que toca à precariedade habitacional e a infra-estruturas insuficientes.⁴

Não querendo desmerecer o potencial presente que o Paquistão vai revelando, encontrando-se em claro crescimento económico e de interesse estratégico para a China como ponto de intimidação e contrapeso aos esquemas estabelecidos entre a Índia e os EUA e o Japão, fixemos a nossa atenção, por enquanto, na conjuntura que marcou, sobretudo a década de 70 em Portugal. Curiosamente, nessa mesma década, teria lugar o começo da abertura democrática em Portugal que viria então a significar a adesão efectiva ao projecto europeu, em 1986. O derrube do Estado Novo em Portugal representou uma “lufada de ar fresco” e a ruptura com o isolacionismo apologizado por Salazar, - isolacionismo cultural e religioso, orgulhosamente preso na sua própria identidade, com o isolacionismo político em parte pela

⁴*História do Paquistão*, Portal São Francisco <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/paquistao/historia-do-paquistao.php>> - consultado em 12-03-10.

desconfiança sempre adjacente às relações externas e diplomáticas e isolacionismo demográfico. O desanuviamiento que se vislumbrou em Portugal foi estimado a nível interno, entre fronteiras do “império português”, movendo portugueses e imigrantes naturais das antigas colónias e retornados em regresso célere mas foi atentado, também, em outros pontos estranhos à realidade ultramarina ou continental portuguesa, se bem que mais tardiamente, no caso da imigração proveniente do Paquistão, Bangladesh ou Senegal, entre outros. O cessar do regime ditatorial abriu assim oportunidades, também em território ibérico, no acesso a uma Europa desenvolvida e numa harmonia relativamente mais adquirida e preservada comparando com algumas das regiões de proveniência dos imigrantes. Num momento de integração de numerosos imigrantes, provenientes em grande parte dos PALOP mas não só, não é de estranhar que uma considerável porção destes corresponda a paquistaneses, já que o Paquistão é um dos países mais populosos do mundo, na actualidade. A influência do ocidente, e em particular a influência da Europa faz-se sentir no fluxo migratório proveniente dos países árabes, que procura os países europeus como espaço promissor, tanto para uma classe mais desesperada em busca de melhor emprego e remuneração, bem como de melhores condições de aquisição de residência e de numerosos serviços, como para uma classe média que transfere e fixa os seus empreendimentos num país europeu, decerto com maior segurança garantida, comparativamente com o ponto de partida. Como nota o próprio Sheik Munir, a entrada de Portugal para a União Europeia veio permitir a deslocação dentro da união e tornou Portugal num país mais atraente que passou a receber, entre muitos outros, os imigrantes paquistaneses. A peculiaridade do caso português, quando comparado com outros países europeus, que receberam e recebem imigrantes originários de países de maioria muçulmana, reporta-se ao facto de a comunidade islâmica aqui presente ser composta por diferentes etnias que provêm de diferentes origens geográficas e como é sabido, a realidade étnica muçulmana é variadíssima, consoante a regiões consideradas; desta forma, Portugal consegue modelar uma espécie de réplica em ponto pequeno de toda a diversidade que o mundo muçulmano condensa.

A atracção por Portugal assumiu-se com alguma consistência a seguir a Abril de 1974 e os muçulmanos que então chegavam, encontraram alguns imigrantes que já estavam estabelecidos em Portugal, no final dos anos 50, princípios dos anos 60, geralmente com o intento de prosseguir estudos universitários na Europa, como era hábito ir-se desenvolvendo,

por essa altura, uma elite local, natural das colónias, formada nas metrópoles europeias, elite essa que haveria de contribuir na linha da frente em processos independentistas. A imigração dos anos 70, 80, e por aí adiante é uma imigração sobretudo económica, uma imigração laboral que procura outros horizontes profissionais e pessoais para o futuro. Até aos anos 60 do século XX, Portugal tinha assistido ao fenómeno da emigração, passando a imagem de fragilidade económica interna que incentiva à “fuga” e assim se apresenta como objecto de aversão e não de atracção. Dando sinais de viragem política e exteriorizando indícios positivos aos mercados, Portugal conheceu um aumento atípico do número de estrangeiros que escolheriam Portugal para residir. Os fluxos migratórios são uma forma de adaptação do homem ao meio e, segundo definição das Nações Unidas: “*“immigration” means the action by which a person establishes his or her usual residence in the territory of a Member State for a period that is, or is expected to be, of at least twelve months, having previously been usually resident in another Member State or a third country*”.⁵ (“*Imigração*”, a acção pela qual um indivíduo que residia habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses”).⁶ Pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, “*a expressão a «discriminação racial» visa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência na origem nacional ou étnica que tenha como objectivo ou como efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública*”.⁷

Visto isto, concluímos que o fenómeno das migrações encaminha-nos para uma série de discussões que estão na ordem do dia e que exigem a indivíduos, Estados e aos vários actores internacionais envolvidos, a sua dose de responsabilidade face à necessidade de assumir uma atitude expressa que se procura geralmente que corresponda à tolerância. Trata-se sobretudo

⁵Improving the quality and availability of migration statistics in Europe
<<http://unstats.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/migrationegm06/DOC%205%20Eurostat.pdf>>
- consultado em 20-04-10.

⁶Regulamento (CE) n.o 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007
<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32007R0862:PT:HTML>> - consultado em 20-04-10.

⁷Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/pd-eliminacao-discrimina-racial.html>> - consultado em 20-04-10.

da sensibilidade para atender às transformações em curso, de modo a equacionar potencialidades e riscos em cada caso em análise, sem cair na irreflectida filantropia que abre irresponsavelmente as fronteiras a toda a imigração que aí acorra, alheando-se às verdadeiras possibilidades disponíveis do país, nem cair, por outro lado no alarmismo populista que lança o receio face às vagas de migração, estranhas à identidade do país ou até do continente e que apenas enuncia e amplia os malefícios que podem daí decorrer.

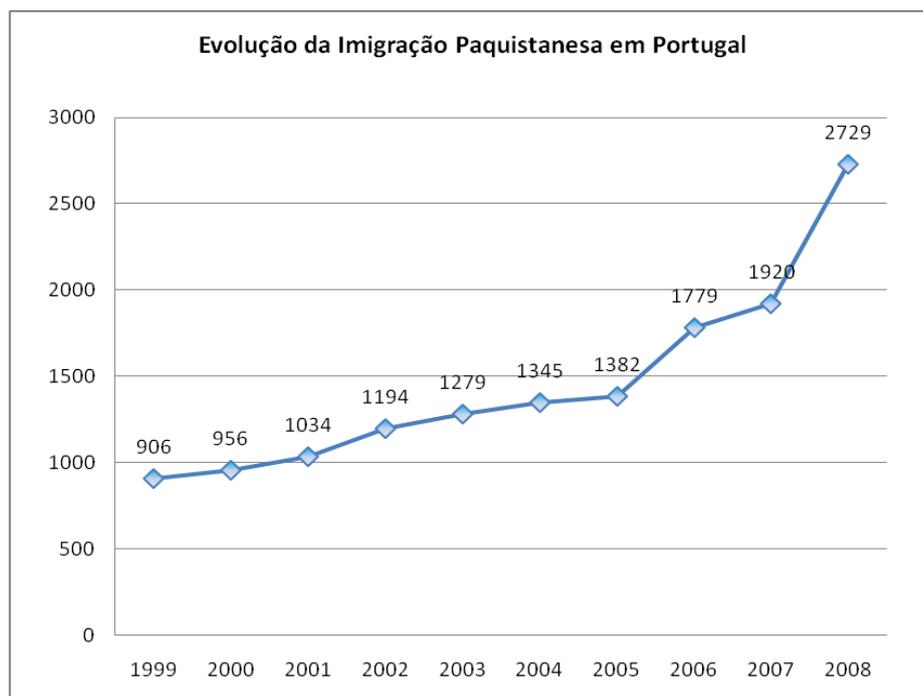
Coloque-se agora especial foco no nosso estudo de caso, os paquistaneses residentes em Portugal. Provenientes de um Estado que preferiu a *Sharia*, em vez do laicismo, parte-se do princípio que confessem maioritariamente o islamismo e daí poderão ser tiradas ilações relativas à forma como o contacto entre a cultura islâmica se manifesta na sociedade portuguesa e, em caso de reunião entre pessoas da mesma nacionalidade, os locais de culto desempenham um papel singular, tal como referiu Sheik Munir. Independentemente do factor religioso, compreende-se que o ajuntamento em torno das mesquitas seja uma preocupação prioritária, na chegada ao país de acolhimento, e que constitua um meio eficaz de auxílio no superar das barreiras linguísticas, – ponto fulcral quando nos referimos a imigrantes que não partiram dos PALOP mas antes, por exemplo, do subcontinente indiano – e das dificuldades de adaptação ao novo meio do quotidiano que exige o estabelecimento de residência e a procura de emprego.

1.2. Evolução da Imigração Paquistanesa em Portugal

É na década de 90 que a imigração provinda de outras paragens, que não somente das antigas colónias mas de países como o Bangladesh, Senegal, Uzbequistão, entre outros, se torna mais intensa e evidente. Os primeiros paquistaneses marcam presença desde a década de 70 mas é com a viragem do século que se assiste a um gradual aumento do fluxo de imigrantes desta nacionalidade.

No gráfico 1, distingue-se claramente o ritmo diferenciado do aumento da imigração paquistanesa a partir de 2005. Até esse ano, tendo como ponto de partida da nossa observação o ano 1999, a imigração aumentava em pouco cerca de uma centena ao ano. É a partir de 2005 que o aumento passa ser mais significativo; entre 2005 e 2006 há uma subida que demarca-se do ritmo mantido até aí e entre 2007 e 2008 dá-se um exponencial aumento.

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

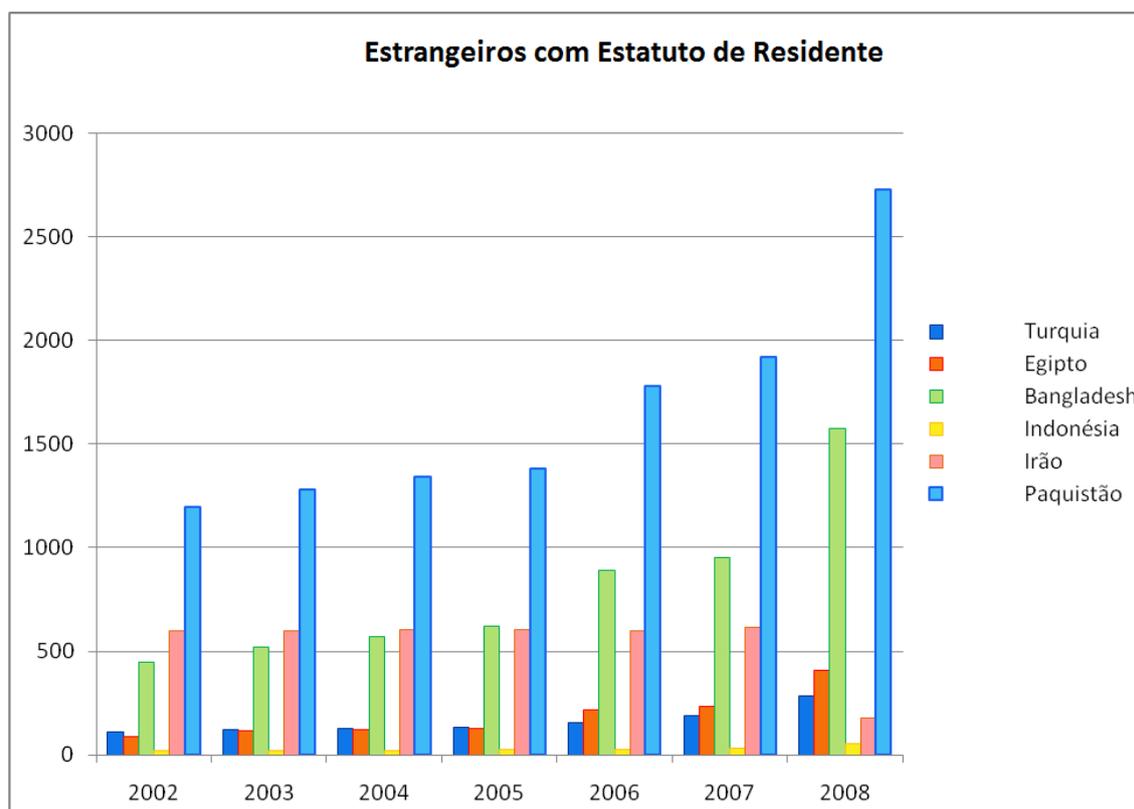
É pela importância que vai assumindo no seio da imigração de expressão árabe que os paquistaneses residentes em Portugal são uma frutuosa amostra num estudo que procura conhecer as particularidades dos imigrantes que o país tem vindo a acolher.

O gráfico 2 expressa a relevância bastante residual dos imigrantes originários de alguns países árabes em Portugal. Ainda que numericamente pouco relevantes, também estes estrangeiros, provenientes do diversificado mundo árabe, contribuem para traçar uma certa tendência migratória indissociável da propensão de Portugal a ser um país de imigração na sua história mais recente.

Ainda que perseguindo um ritmo proporcionalmente semelhante e crescente, (à excepção dos imigrantes de origem iraniana, que têm vindo a diminuir a intensidade do seu fluxo para Portugal), o aumento do número de estrangeiros, oriundos dos seis países representados (Turquia, Egipto, Bangladesh, Indonésia, Irão e Paquistão), confere aos paquistaneses uma relativa prioridade como objecto de estudo no campo da investigação. Idêntica proeminência quando comparado com o caso paquistaneses tem também o caso da nacionalidade indiana, até pela frequente associação de Paquistão e Índia em artigos científicos, associação não incluída

neste estudo por não responder ao critério prioritário que passa por identificar a presença do cunho cultural islâmico entre os nacionais de cada caso abrangido.

Gráfico 2



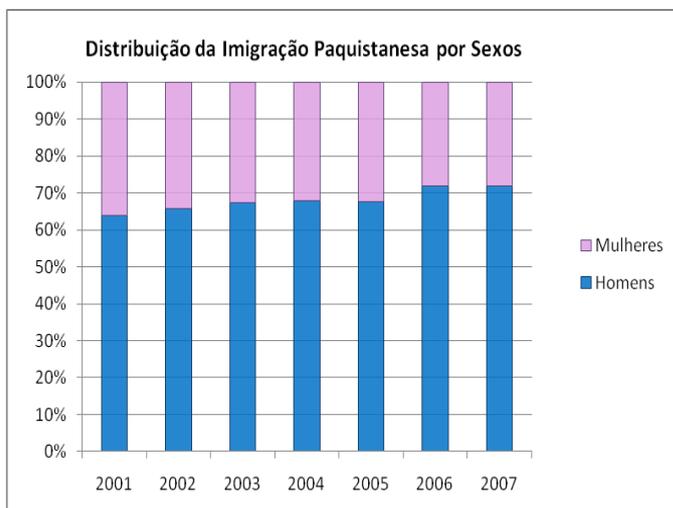
Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

2. Perfil da Imigração Paquistanesa

2.1. Agregados Familiares e Caracterização Etária

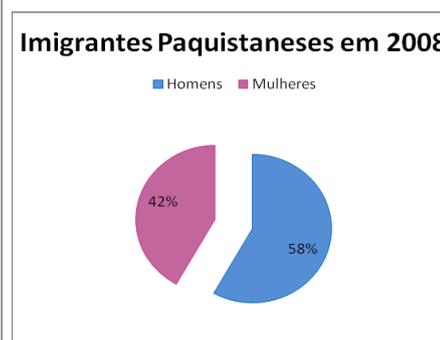
A representação gráfica dos dados recentes que nos esclarecem de forma mais aprofundada acerca do carácter de que se reveste a população paquistanesa imigrada em Portugal, no ano 2008, parece ir ao encontro do que era previsível, tratando-se de uma imigração de natureza fortemente cingida pelos moldes culturais islâmicos. Refiro-me naturalmente à proporção de indivíduos do sexo masculino a dominar todas as faixas etárias, à excepção das faixas mais envelhecidas, o que poderá estar relacionado com a esperança média de vida nas mulheres ser mais elevada ou ainda pela família se deslocar para o país de destino aquando a estabilidade já aí está garantida.

Gráfico 4



Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

Gráfico 5

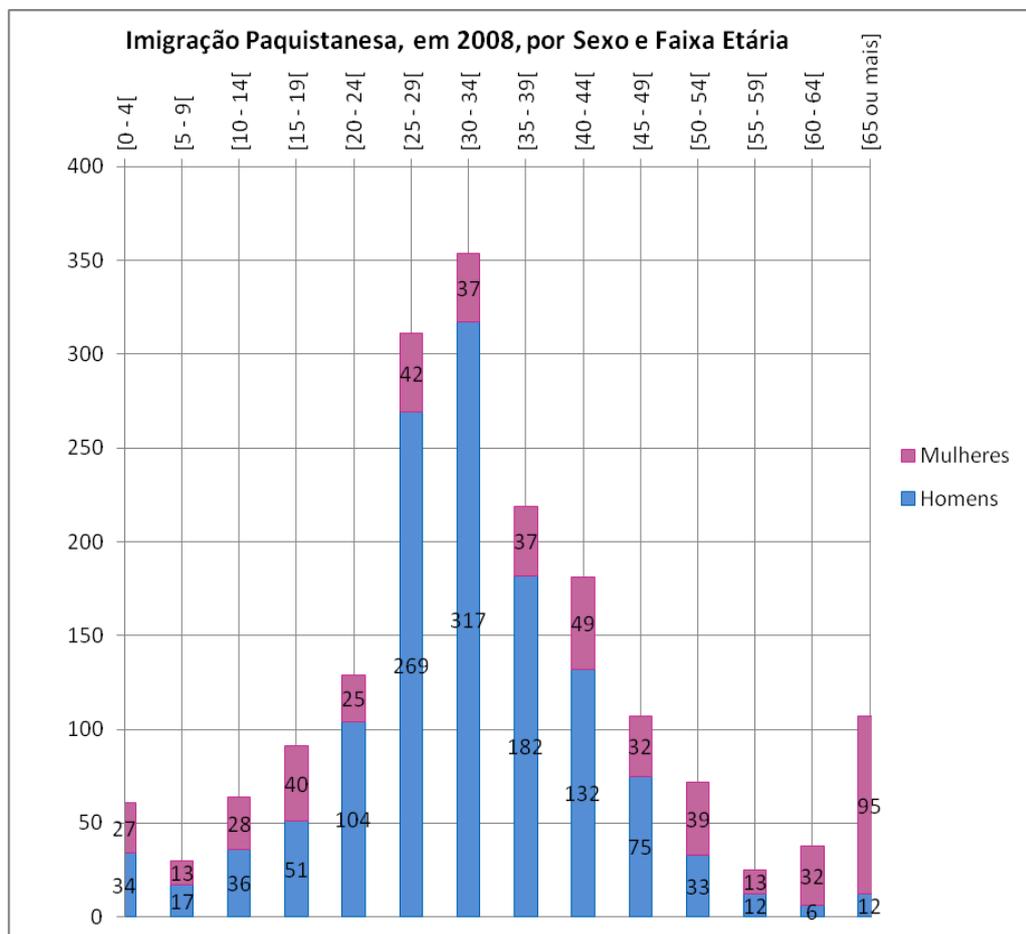


Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

A conclusão mais evidente a retirar, dos gráficos 4, 5 e 6 é a importância dos paquistaneses do sexo masculino em idade activa o que prova que a porção mais significativa da imigração desta nacionalidade são homens que vêm em busca de oportunidades profissionais nas idades em que se supõem entrar na vida activa. A proporção de mulheres tem vindo a diminuir gradualmente, sendo o ano de 2008 uma ligeira excepção à regra, aproximando o sexo feminino de uns tímidos 42%. Esta diferença entre homens e mulheres é menos evidente quando nos limitamos a representar graficamente o valor total de homens e mulheres, independentemente da idade, embora o número de homens sobreponha-se indiscutivelmente ao número de mulheres, fixando-se o primeiro no valor de 58% e, o segundo, no valor de 42%, relativamente ao ano 2008.

O gráfico 6 apresenta com evidência a preponderância do sexo masculino sobre o sexo feminino, sobretudo se privilegiarmos a observação da população activa que é, no fundo, aquela que funciona como estímulo fulcral no país receptor, favorecendo o interesse num acolhimento devido e, conseqüentemente, exigindo o conhecimento mais profundo, como meio de concretização de políticas apropriadas, direccionadas a estes novos cidadãos.

Gráfico 6



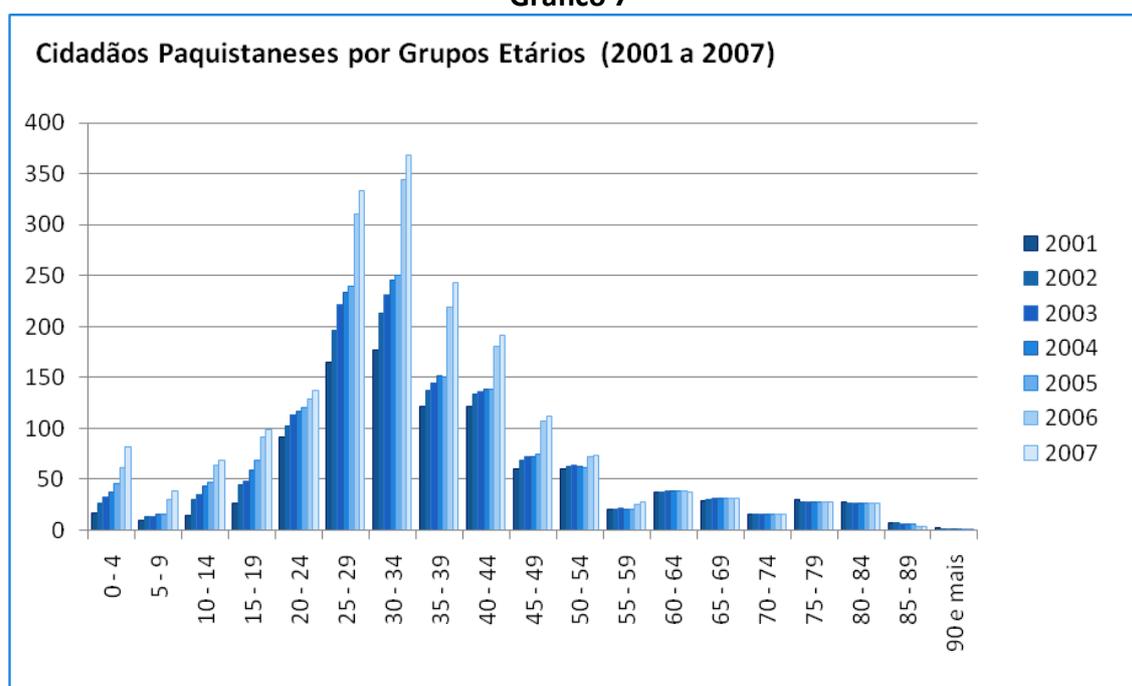
Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

A baixa percentagem de mulheres paquistanesas registada prende-se com um lado por razões estritamente culturais e, por outro, por serem, em geral, os homens a sair do país, em busca de novos horizontes de vida. É provável que aqueles homens que imigram sozinhos para Portugal acabem por celebrar matrimónio com cidadãs portuguesas, como de resto já chegou a ser destacado pela imprensa, numa altura em que os casamentos entre portugueses tendem a diminuir. Outros porém acabam por trazer a família do seu país se entretanto conseguirem reunir condições favoráveis a essa mudança.

Em relação ao número de crianças, este não revela grande proeminência como também seria de esperar. Alguns deles poderão ser, provavelmente, já nascidos em Portugal e descendentes de imigrantes paquistaneses, tendo em consideração tanto o número tão residual de crianças com idades compreendidas entre os zero e os catorze anos como ainda o facto de o aumento

significativo da imigração ter-se dado na última década. Década esta, e não outra, que marcaria a relevância assinalável da nacionalidade paquistanesa presente em Portugal. Infere-se, por fim, que a população paquistanesa que constitui esta minoria presente em Portugal caracteriza-se por ser maioritariamente masculina e concentrada nas faixas etárias da idade adulta, incidindo nas idades compreendidas entre os vinte cinco e os quarenta e quatro anos; em relação a este último facto, podemos afirmar que o perfil etário dos imigrantes paquistaneses, já referido, tem sido uma constante ao longo dos últimos anos (gráfico 7) e caracteriza-se assim por ser uma imigração disponível para incorporar-se no mercado laboral.

Gráfico 7



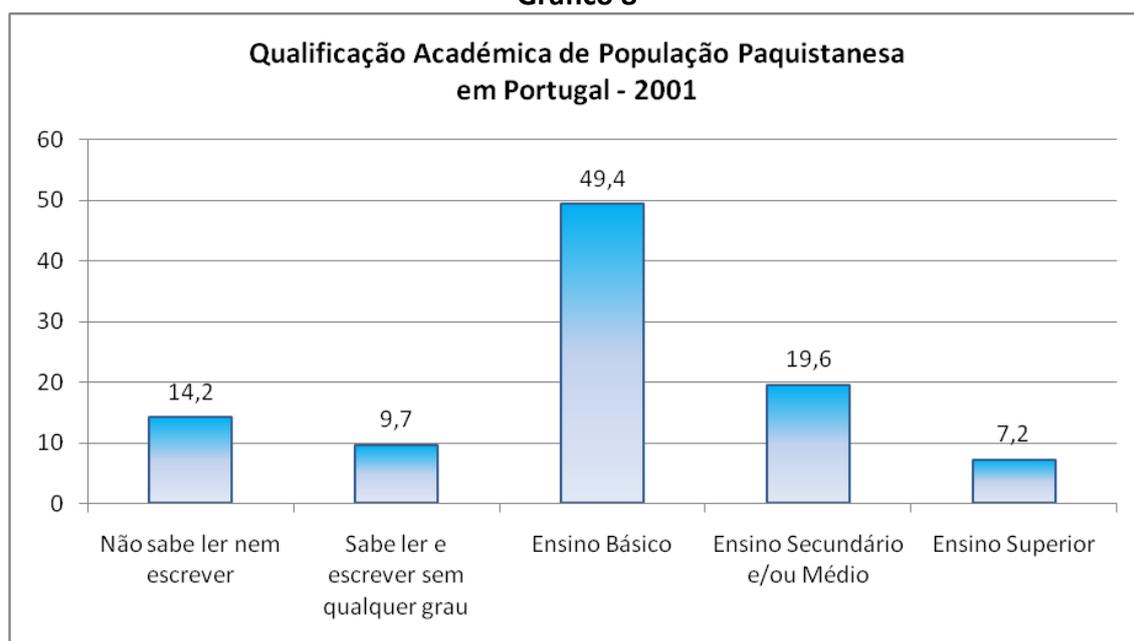
Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

2.2. Habilitações Académicas

O grupo de muçulmanos, oriundos do Paquistão, pela taxa de crescimento registada na comunidade residente nos últimos anos, constitui a maior comunidade de muçulmanos, seguidos dos africanos, e mantiveram-se concentrados maioritariamente na área da grande Lisboa, surgindo depois em menor número nas zonas de Setúbal, Porto e Faro (mapa 1). Esta

comunidade caracteriza-se pela sociabilidade tendencialmente endogâmica, o que conduz a um certo distanciamento face à sociedade portuguesa e até às restantes comunidades imigrantes. Mantêm ligações sociais muito fortes com o seu país onde permaneceram os restantes membros da família. O isolamento a que aqui se alude estará naturalmente relacionado com o factor linguístico, a dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa e o baixo grau de escolaridade, dificultando a sua integração no mercado de trabalho, e ao desempenho de trabalhos não especializados, na sua maioria como operários no sector da construção civil. No entanto, uma minoria conseguiu estabelecer-se por conta própria surgindo pequenas lojas.

Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria; dados do SEF

O mais recente Recenseamento Geral da População em Portugal, que data ainda de 2001, inclui os únicos dados disponíveis, relativos aos níveis de qualificação académica da população estrangeira em Portugal, na qual estão incluídos os imigrantes oriundos do Paquistão (gráfico 8). Estes dados são determinantemente importantes se um dos nossos objectivos é o conhecimento do perfil profissional e académico dos indivíduos que dão entrada no nosso país.

Neste caso que tem vindo a ser aqui investigado, já foi analisada a evolução da imigração paquistanesa entre 1999 e 2008 e ficou evidente o aumento gradual até 2005 e uma subida exponencial durante os restantes anos abrangidos por esta observação. Tendo em conta que a população paquistanesa, na actualidade, é efectivamente superior àquela que foi incluída no recenseamento de 2001, as conclusões quanto ao perfil académico e profissional desta comunidade devem ser expressas e entendidas com alguma ponderação, na medida em que estes são os mais fiáveis e recentes dados disponíveis, apesar do óbvio desajuste à presente realidade.

Tomando como referência os dados de 2001, deparamo-nos com uma minoria étnica que, na sua grande maioria, não se distingue por ser detentora de elevados graus académicos. Somente 26,8% dos imigrantes provenientes do Paquistão possuem níveis académicos superiores ao ensino básico e 7,2% respeitante a indivíduos com formação superior. Trata-se verdadeiramente de uma comunidade pouco profissionalizada em que 50% dos imigrantes dispõe da formação a nível do ensino básico, como é usual verificar-se entre imigrantes provenientes, principalmente da Ásia e de África⁸. Sublinhem-se ainda os 23,9% da minoria paquistanesa que é analfabeta. Perante esta descrição, podemos discorrer sobre as dificuldades de adaptação ao país receptor, nomeadamente na inaptidão à aprendizagem da língua portuguesa. Os constrangimentos somam-se à medida que o imigrante se depara com situações complexas, por exemplo, de natureza burocrática. As motivações destes imigrantes são, geralmente, de carácter económico, como é fácil deduzir. Chegados a Portugal, dispendo de baixos níveis de escolaridade e ambicionando rentabilizar o seu esforço em troca de uma remuneração consideravelmente mais satisfatória do que aquela que obteriam no país de origem, os paquistaneses aceitam trabalhos em que será mais fácil ultrapassar as barreiras linguísticas.

3. A Integração da Minoria Étnica e Estabelecimento na Capital

3.1. Conjuntura Económica Nacional e Áreas de Empregabilidade

Adequado a este quadro de possibilidades acima referidas, surge o ramo da construção civil, que emprega grande parte destes indivíduos em idade activa e que pretendem conquistar postos de trabalho. Desde a década de 80 e 90, Portugal vai consolidando a sua economia

⁸Anexo 1.

como país membro da Comunidade Económica Europeia e são disponibilizadas oportunidades de trabalho decorrentes das obras públicas que são empreendidas com forte ímpeto bem como no sector terciário, que oferece também oportunidades de negócio. A integração profissional dos imigrantes deve passar também pelo empreendedorismo, enquanto agente dinamizador da economia portuguesa, permitindo aos próprios imigrantes assumirem uma condição laboral privilegiada que pode ser o caminho que viabilize a preservação da profissão de origem, o contornar dos altos níveis de desemprego, e a maior rentabilização das aptidões individuais rendimentos individuais, passando até pela criação de postos de trabalho destinados a familiares ou compatriotas.

Sheik Munir deixou bem claro que são variadas as situações que um imigrante paquistanês pode enfrentar a nível profissional e que não se cinge somente a uma categoria profissional. Com certeza, será provável encontrar um número considerável de imigrantes paquitaneses a trabalhar, na construção civil, o que de resto não é surpreendente porque ser um ramo que emprega grande número de imigrantes, sobretudo provenientes das ex-colónias portuguesas e que oferece a já salientada vantagem de não se depararem com a barreira linguística, tão condicionante em ambiente laboral. Contudo, é a habilidade de cada indivíduo e os desígnios a que se propõem, bem como a base financeira de sustentação dos seus projectos que vão determinar conjuntamente o seu sucesso e o carácter do seu próprio estabelecimento no seio da economia portuguesa. Num universo de cerca de dois milhares de paquitaneses residentes em Portugal, neste momento, não será difícil encontrar exemplos de indivíduos, e até famílias, que tenham beneficiado de factores favoráveis aos seus planos empreendedores e que tenham colhido os frutos de uma aposta em restaurantes típicos, oferecendo uma oferta gastronómica mais exótica e inter-étnica ao consumidor português, ou no ramo do comércio, o que de resto será fácil encontrar em zonas de Lisboa onde se concentram espaços comerciais da responsabilidade de imigrantes de diversas nacionalidade e etnias, como é o caso do Martim Moniz. Esta zona de Lisboa dispõe de ampla densidade comercial e multicultural e é um lugar privilegiado para o desenvolvimento empresarial dos imigrantes e até de estabelecimento de um ponto de interesse para o turismo étnico. O Diário de Notícias, a 29 de Março de 2010, deu conta da importância do Centro Comercial Babilónia, localizado na Amadora, dominado por estabelecimentos comerciais de estrangeiros de várias nacionalidades. “Uma das

especificidades maiores do centro reside na quantidade de lojas de telemóveis existentes, na casa das 50, predominantemente geridas por cidadãos paquistaneses.”⁹

Notamos aqui a um dos traços facilmente identificáveis: os indo-paquistaneses à semelhança dos chineses, têm ampla presença no comércio e no sector da restauração e tendem a desenvolver pequenas actividades empresariais, de base expressivamente étnica.

3.2. A Política de Acolhimento Portuguesa

A política de imigração e asilo é da competência do Ministério da Administração Interna (MAI) que dispõe de um serviço a si subordinado, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). É o SEF que está responsável por aplicar a legislação de imigração e asilo. O poder de fiscalizar a imigração em Portugal está reservado à Guarda Nacional Republicana (GNR) e à Polícia de Segurança Pública (PSP). Já a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), unidade especial da GNR, controla a costa portuguesa e colabora no controlo de entrada e saída de pessoas do território português. A Polícia Marítima detém competências no controlo da costa, da zona de domínio público marítimo e das águas territoriais nacionais.¹⁰

O Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, (ACIDI) é a instituição governamental mais importante na execução das políticas públicas de integração, dotada de autonomia administrativa. Rege-se por sete princípios fundamentais: igualdade, diálogo, cidadania, hospitalidade, interculturalidade, proximidade e iniciativa.¹¹ Existem ainda outros organismos mais específicos na sua área de intervenção, como por exemplo, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que fiscaliza as condições de trabalho em Portugal e o Conselho Português para os Refugiados (CPR), enquanto parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e coadjuvante do Estado português na acção referente aos requerentes de asilo e à integração de refugiados.

⁹Centro Comercial Babilónia é "reflexo da multiculturalidade", Diário de Notícias, 29 de Março de 2010. <http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content_id=1530872&seccao=Sul> - consultado em 10-05-10.

¹⁰A organização das políticas de asilo e imigração em Portugal: estudo efectuado no âmbito da Rede Europeia das Migrações, 2008 <<http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsilomigemPortugal.pdf>> - consultado em 14-04-10.

¹¹Missão, sobre o ACIDI. <<http://www.acidi.gov.pt>> - consultado em 18-04-10.

O Decreto-Lei n.º 4/2001, abriu o caminho ao processo de regulação dos fluxos migratórios em função da questão do trabalho e permitiu regularizar a situação de muitos estrangeiros que trabalhavam e residiam ilegalmente, em Portugal, até então.

O Artigo 41.º deste decreto fixa ainda, em relação à oferta de emprego: “1 - O acesso de cidadãos não comunitários ao exercício de actividades de trabalho subordinado em território português pode ser autorizado, devendo, porém, ter-se em consideração que a oferta de emprego é prioritariamente satisfeita por trabalhadores comunitários, bem como por trabalhadores não comunitários com residência legal no País. 2 - As ofertas de emprego em território português a preencher por cidadãos estrangeiros devem ser previamente comunicadas ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a fim de garantir o cumprimento do disposto no número anterior”.¹²

O emprego passa assim a ser um factor central que subordina a aceitação de trabalhadores estrangeiros às necessidades do mercado de trabalho. Não obstante, outras implicações adviriam desta medida e do subsequente Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro. A burocratização dos processos, direccionada para o acompanhamento profissional e controlo mais eficiente dos imigrantes acolhidos, induziria antes no efeito indesejável que pretende ser combatido prioritariamente: a imigração ilegal.¹³

A estratégia adoptada para a política nacional na área da imigração e asilo assenta numa visão global que se sistematiza em função de prioridades essenciais como a regulação dos fluxos migratórios, o combate à imigração ilegal e a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

Através do *Plano para a Integração dos Imigrante*, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, foi desenvolvida uma estratégia pormenorizadamente delineada que abarca uma ampla diversidade de áreas temas e áreas de acção vitais: acolhimento; trabalho, emprego e formação profissional; habitação; saúde; educação; cultura e língua; solidariedade e segurança social; justiça; sociedade da informação; desporto; descendentes de imigrantes; direito a viver em família; racismo e discriminação; liberdade religiosa; associativismo

¹²Regime Jurídico dos Estrangeiros em Portugal. Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/legis/4_01.html> - consultado em 18-04-10.

¹³OLIVEIRA, Paulo; *Políticas de imigração em Portugal*. CEPESE, Observatório Político/FCSH-UNL, p.3.

imigrante; relações com países de origem; acesso à cidadania e direitos políticos; igualdade de género; e tráfico de seres humanos.¹⁴

A referida Resolução introduz este Plano com importantes considerações sobre a importância da imigração recente em Portugal e da direcção que devem tomar as necessárias políticas estatais:

“Tradicionalmente país de emigração, Portugal passou, a partir dos anos 90, a caracterizar-se por ser também um país de imigração. Os dados revelam que os imigrantes são hoje 9 % da população activa e 4.5 % da população nacional.

*Neste quadro, o fenómeno migratório assume novos contornos para a sociedade portuguesa. Por um lado, consubstancia um importante contributo face à debilidade interna da situação demográfica; por outro é um factor positivo para o crescimento económico, para a sustentabilidade da segurança social e para o enriquecimento cultural do país”.*¹⁵

Contudo, esta realidade acarreta, igualmente, uma responsabilidade do Estado para com a integração destes cidadãos, com particular destaque para o reforço da coesão social e uma melhor integração e gestão da diversidade cultural.

3.3. Atitudes na Sociedade Receptora e a Acção dos Meios de Comunicação

Quadro 1: Minorias/Nacionalidades dos protagonistas das peças.

¹⁴Diário da República, 1.ª série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 <http://www.acidi.gov.pt/docs/ACIDI/PII_DR.pdf> - consultado em 20-04-10.

¹⁵Diário da República, 1.ª série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 <http://www.acidi.gov.pt/docs/ACIDI/PII_DR.pdf> - consultado em 20-04-10.

Minorias/nacionalidades	Frequência	Percentagem	Percentagem válida
Africanos	33	1,3	1,3
Angolanos	11	0,4	0,4
Brasileiros	325	12,4	12,8
Cabo-verdianos	39	1,5	1,5
Chineses	23	0,9	0,9
Cidadãos de países de Leste	31	1,2	1,2
Ciganos	246	9,4	9,7
Guineenses	9	0,3	0,4
Indianos	9	0,3	0,4
Moldavos	11	0,4	0,4
PALOP	14	0,5	0,6
Paquistaneses	1	0,0	0,0
Russos	34	1,3	1,3
S. Tomenses	4	0,2	0,2
Ucranianos	85	3,2	3,3
Várias	318	12,1	12,5
Islâmicos	4	0,2	0,2
2 ^{as} gerações	8	0,3	0,3
Romenos	82	3,1	3,2
Imigrantes/estrangeiros	1119	42,6	44,1
Outra	133	5,1	5,2
Total parcial	2539	96,8	100,0
n/a	85	3,2	
Total	2624	100,0	

Fonte: Observatório da Imigração.

Com base nos dados publicados, em 2008, pelo Observatório de Imigração (quadro 1), respeitantes à relevância mediática dispensada às minorias em Portugal, por meio dos órgãos de comunicação social, durante o ano 2007, é possível verificar apenas a ocorrência de um caso da nacionalidade paquistanesa. Nestes dados fica expresso o peso relativo de cada grupo considerado em relação à sua representação real na proporção de imigrantes, tal como fica expresso também que as nacionalidades menos numerosas têm alusões pontuais que podem, porventura levar a deformações de determinadas realidades. Mais concretamente, vejamos o exemplo da matéria noticiada em vários meios de comunicação, e cite-se aqui, nomeadamente, o Diário de Notícias, em Janeiro de 2008. Por essa altura tinha sido detido um grupo em

Barcelona, por alegadamente constituir uma ameaça terrorista. No seguimento desta notícia dissertou-se vagamente e com alguma insistência numa possível ligação de dois paquistaneses, imigrados em Portugal, a este grupo detido em Espanha. Como seria de esperar, ao ser levantada essa possibilidade, ela ganha relevância na imprensa diária e o impacto é ainda ampliado quando o próprio primeiro-ministro, José Sócrates, admite publicamente que essa ameaça terrorista “*é para levar a sério*”¹⁶, embora não tenha considerado necessário impor um nível mais elevado de alerta. Independentemente de ser intencional ou não, a exploração destas informações pode dar azo a sentimentos de insegurança infundados e facilmente explorados por discursos mais populistas e à construção de uma imagem imperfeita em relação a uma comunidade específica de imigrantes.

As generalizações são a forma mais natural de criar noções uniformes de atributos a conferir a uma realidade desconhecida que desafia a um conhecimento mais aprofundado. Um dos rótulos que pode funcionar bem na hora de atribuir elementos definidores aos imigrantes paquistaneses é a questão noticiada dos casamentos por conveniência, ou também designados, casamentos brancos, casamentos fictícios que visam a legalização de estrangeiros. Aqui estaremos perante um assunto distinto do atrás referido, que se prendia com a temática do terrorismo e segurança. Em relação aos casamentos por conveniência, não nos deparamos com casos pontuais mas antes com uma prática de contornos mais vastos. Conforme noticiado em Janeiro de 2009, “*A Conservatória do Registo Civil de Gondomar terá efectuado num ano entre 300 e 400 casamentos brancos entre cidadãos de origem paquistanesa e mulheres portuguesas, para viabilizar a legalização de centenas de imigrantes*”.¹⁷ Não esquecendo mais uma vez que nos debruçamos num universo na casa dos dois milhares, convenhamos que 3 a 4 centenas de casamentos representam um fenómeno de contornos mais sérios, sobretudo se realmente se tratava de uma rede dirigida por indivíduos de nacionalidade paquistanesa, conforme apontado na mesma peça jornalística. Deparamo-nos aqui com uma tentativa bem sucedida de contornar os trâmites legais portugueses e bem mais sistemática do que se poderia imaginar. A mesma rede mencionada trataria ainda de emitir documentos falsos e contratos de trabalho “*assinados*

¹⁶*Ameaça terrorista «é para levar a sério»*, TSF, 20 de Janeiro de 2008. <http://tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=913266> - consultado em 06-04-10.

¹⁷*Mais de 300 “casamentos brancos” feitos em Conservatória de Gondomar*, Público, 10 de Janeiro de 2009. <http://www.publico.pt/Sociedade/mais-de-300-casamentos-brancos-feitos-em-conservatoria-de-gondomar_1355638> - consultado em 06-04-10.

entre os imigrantes e várias empresas, umas fictícias e outras que terão sido adquiridas por cúmplices portugueses dos líderes da rede e que se encontravam em situação económica difícil”.¹⁸

É conjecturável que uma das razões que explica a harmonia ou o relativo silêncio do objecto da comunidade islâmica em Portugal, está associada à habilidade da classe média e intelectual muçulmana que soube dirigir o processo de integração desde o início desta nova vaga da presença islâmica no país. Nina Clara Tiesler, observa que a “*elite de primeiros imigrantes possuía as capacidades intelectuais e sociais, bem como as relações diplomáticas, necessárias à construção de uma infra-estrutura religiosa e cultural e que os primeiros tomaram parte nas comissões dirigentes da comunidade islâmica, enquanto, ao mesmo tempo, se integravam com êxito em profissões de alto nível e faziam amigos íntimos entre a elite política portuguesa*”.¹⁹

A presença islâmica que se vem manifestando pelos fluxos migratórios desde as últimas décadas do século XX, rumo às sociedades seculares europeias cingidas pelo legado da cristandade, tem suscitado alterações no contacto entre muçulmanos e não muçulmanos. Estas alterações também se reflectem, até certo ponto, em Portugal, porém ainda não se registam manifestações contra a abertura de mesquitas, não são chamados à discussão parlamentar temas controversos, na administração local ou na imprensa, de debates relativamente ao reconhecimento oficial, ou mesmo de discussões académicas sobre a reacção europeia à entrada destes novos imigrantes ou de previsões quanto aos impactos demográficos e culturais destes no continente europeu e em Portugal.

3.4. Distribuição Espacial na Área Metropolitana de Lisboa e em Portugal Continental e Insular

A presença muçulmana em Portugal, radica-se preferencialmente nas zonas metropolitanas e industriais por excelência, com especial incidência na zona de Lisboa e do Porto, seguindo-se a sua dispersão pelas zonas do litoral, sendo bem visíveis aglomerados da comunidade muçulmana em zonas como Setúbal, Aveiro, Coimbra, Faro e Portimão (mapa 1). São zonas

¹⁸ Mais de 300 “casamentos brancos” feitos em Conservatória de Gondomar, Público, 10 de Janeiro de 2009. <http://www.publico.pt/Sociedade/mais-de-300-casamentos-brancos-feitos-em-conservatoria-de-gondomar_1355638> - consultado em 06-04-10.

¹⁹ TIESLER, Nina Clara; *Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português*, Análise Social, vol. XXXIX (173), 2005, p.6.

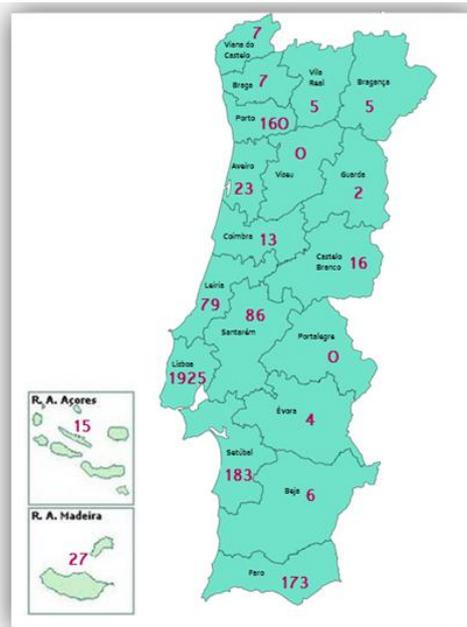
urbanas que dispõem de uma maior diversidade de serviços e de oportunidade de emprego no ramo da construção, das indústrias, da hotelaria, e restauração, entre outras múltiplas áreas de investimento. Estas zonas são então beneficiadas pela concentração populacional no litoral que funciona como factor atractivo à fixação de produção de bens e serviços e ao fluxo de capital numa sociedade, social e economicamente, mais abrangente e exigente. Inferimos destas circunstâncias apresentadas que as minorias étnicas que procuram estabelecer-se em Portugal não ficam indiferentes ao fenómeno de litoralização e, sobretudo à concentração populacional na capital que tem vindo a caracterizar Portugal, desde os anos 60, altura em que o país começa a gozar de evolução económica de natureza distinta da anterior.

Mapa 1 - População muçulmana Residente em Portugal, por Distrito.



Fonte: SEF, 2008.

Mapa 2 – População paquistanesa residente em Portugal, por Distrito.

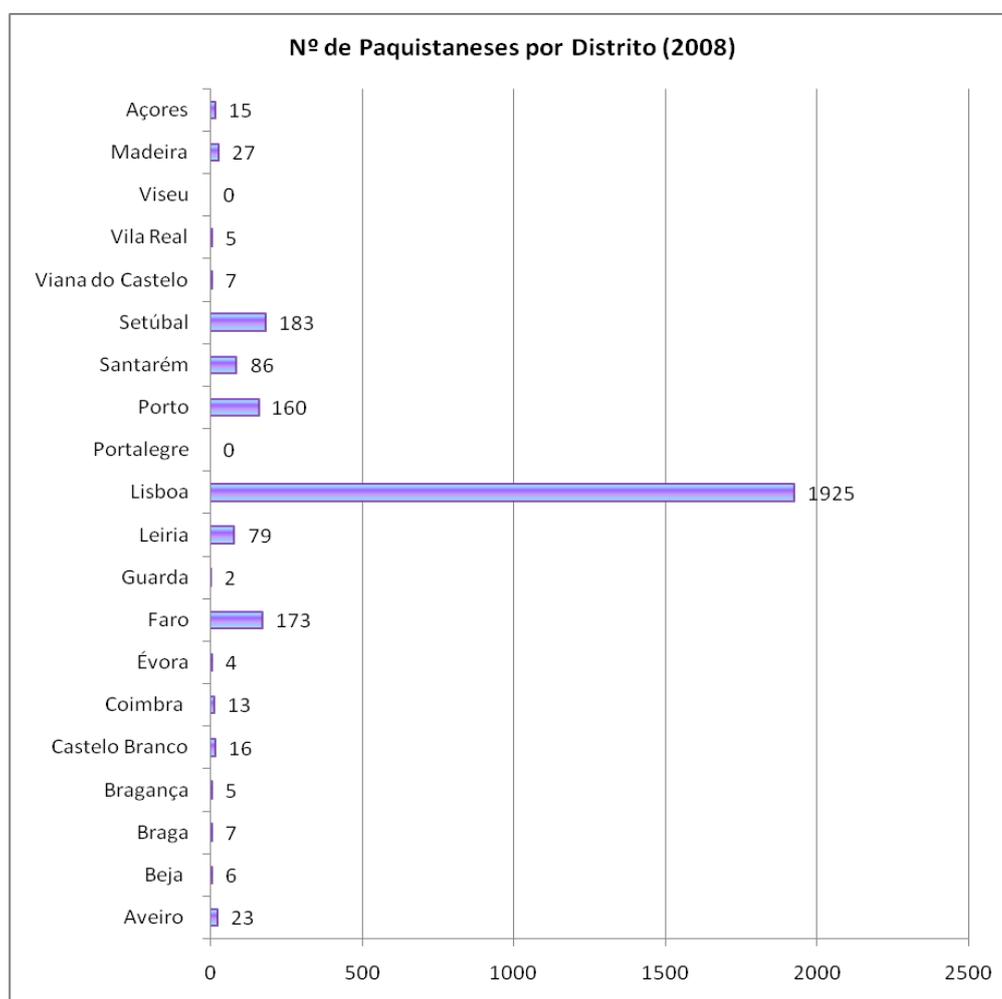


Fonte: SEF, 2008.

Consequindo já avistar relativa compreensão da realidade paquistanesa, indubitavelmente será reconhecida a dispersão paquistanesa pelo território português numa análoga distribuição que decalca a presença muçulmana em geral e induz ao pendor aglutinador de assentamento étnico, como é bem visível se compararmos os mapas 1 e 2 e, numa leitura mais imediata, os gráficos 9 e 10. Analisando estes dados de 2008, publicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras,

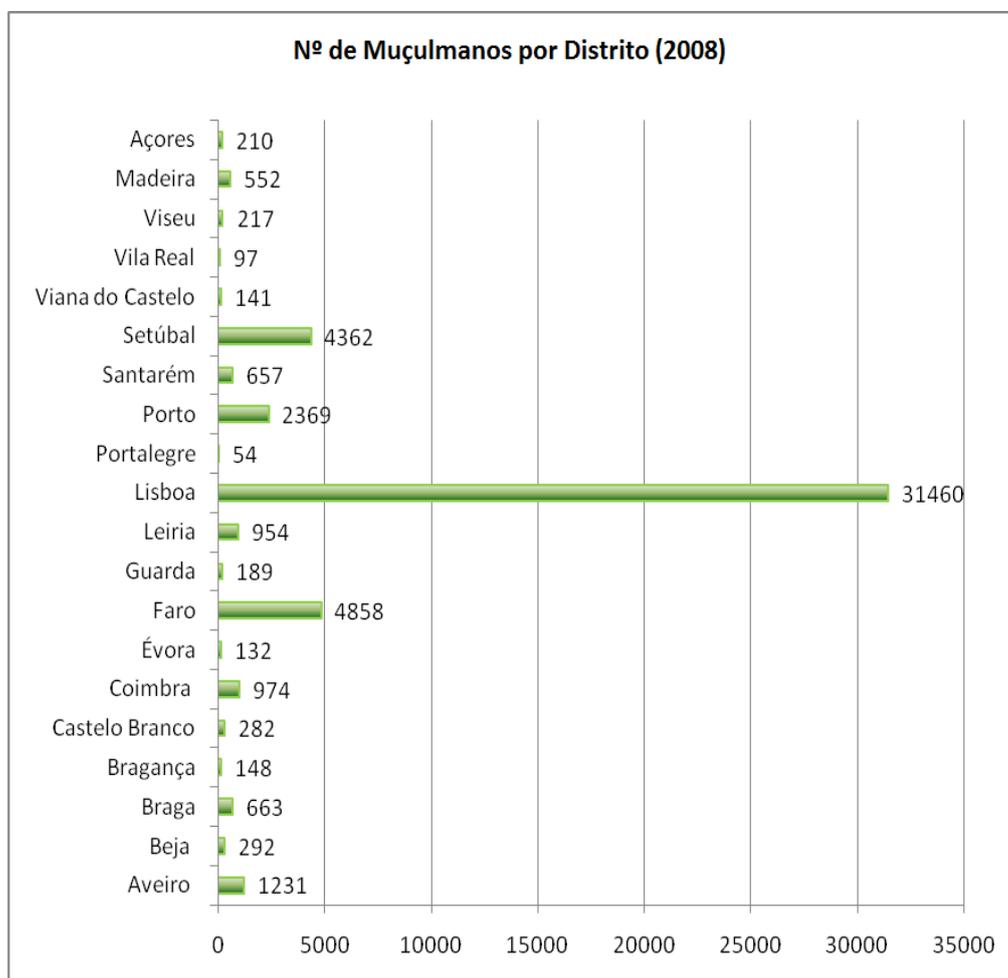
concluímos que 70% da imigração paquistanesa se concentra na zona metropolitana de Lisboa, e naturalmente, os distritos que se seguem com maior número de paquistaneses apresentam uma disparidade abissal em relação à capital com Setúbal a reunir 183 indivíduos, Faro 173 e Porto com 160. Nenhum destes distritos chega às duas centenas e destaque-se ainda alguma relevância dos distritos de Santarém e de Leiria, reunindo 86 e 79 paquistaneses, respectivamente.

Gráfico 9



Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

Gráfico 10



Fonte: Elaboração própria; dados do SEF.

3.5. Mesquita Central de Lisboa, um farol para os imigrantes de confissão islâmica?

Um dos propósitos fundamentais desta investigação tem sido o de compreender em que medida a presença islâmica consegue ser identificada em Portugal, os desafios com que se depara e que repercussões se manifestam na sociedade portuguesa, fruto dessa mesma presença. Na já referida entrevista, cedida pelo líder máximo da comunidade islâmica portuguesa, foi sublinhada a importância da Mesquita Central de Lisboa ao apoiar e facilitar a integração de muitos imigrantes que chegam a um país europeu e revelam dificuldades de adaptação; nesse passo essencial os pontos de encontro religiosos podem ser um factor decisivo para os recém-chegados.

Em Portugal existem quatro Mesquitas: Mesquita Central de Lisboa; Mesquita de Odivelas; Mesquita do Laranjeiro; Mesquita de Coimbra.²⁰ Enquanto local de culto por excelência do Islão, a mesquita desempenha importantes funções de união entre todos aqueles que congregam da mesma fé, ao representar um dos lugares mais sagrados e ao permitir reunir os fieis pelos rituais diários de oração.

De acordo com as informações disponibilizadas no site da Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL), esta comunidade “foi constituída em 1968, (*Diário do Governo, nº 83, III Série, de 6 de Abril de 1968*) por um grupo de jovens estudantes muçulmanos, oriundos das ex-colónias, que na altura se encontravam a estudar aqui em Portugal, nomeadamente em Lisboa”.²¹ A criação da CIL visava suprir a necessidade de constituir uma associação que agregasse a comunidade com fins, sobretudo, de cariz religioso. Em 1966, uma comissão solicitara à Câmara Municipal de Lisboa, um espaço destinado à construção de uma Mesquita. Só em 1977 essa concessão tornar-se-ia efectiva. Ainda no site da CIL, são enunciados alguns dos países muçulmanos mais relevantes no contributo que deram para a construção da Mesquita. Nomeiam-se então: “*Arábia Saudita, Kuwait, Emiratos Árabes Unidos, Líbia, Jordânia, Irão, Egipto, Omã, Paquistão, Líbano, Turquia bem como o auxílio de muitos muçulmanos e não muçulmanos, que contribuíram com fundos*”.²²

Depois de efectivamente estabelecidos passariam a beneficiar de melhores condições para acolher e apoiar futuros imigrantes de matriz muçulmana chegados ao país. Assim, o empenho dos vários países que financiaram, nomeadamente a construção da referida Mesquita, reflecte a preocupação de garantir a preservação da identidade e da coesão entre muçulmanos que extravasa as fronteiras do Islão. Enquanto se pronunciava sobre as tendências da distribuição da população árabe, em geral, Sheik Munir mencionou a propensão desses imigrantes a estabelecerem-se em torno de um local de culto, dada as exigências da sua rotina típica, a nível de prática religiosa. Por conseguinte, verificamos que a maioria da população se concentra na área metropolitana de Lisboa e a Mesquita, ou outro espaço de dimensão mais reduzida em que determinado grupo de imigrantes se reúna para orações, são os elementos basilares que institucionalizam e corroboram com a fixação da população muçulmana.

²⁰<http://www.comunidadeislamica.pt/02b1.php?nivel_1=2&nivel_2=22&nivel_3=221> - consultado em 02-04-10.

²¹Idem.

²²Idem.

Segundo as conclusões documentadas num estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, “os grupos com maior grau de segregação residencial são (...) os asiáticos - Paquistaneses e Indianos -, comunidades estruturadas em torno de elementos culturais e religiosos originais e bastante salientes, com uma dinâmica empresarial de cariz étnica forte; componentes que associadas a um peso demográfico muito diminuto, se traduzem em lógicas de fortalecimento da comunidade através da proximidade espacial. Ainda que se possam associar os elevados índices de segregação a um efeito estatístico de dimensão, estes grupos destacam-se relativamente aos norte-americanos ou aos chineses, com efectivos bastante semelhantes”.²³ Esta ideia vem reforçar a veracidade da enunciação de uma ligação forte entre a comunidade paquistanesa em particular e a Mesquita, bastião da identidade que é possível evocar num país em que residem como minoria. Os espaços de culto são um ponto de encontro de imigrantes muçulmanos de várias nacionalidades, não obstante algumas excepções nesta ideia de união. Exemplo disso é o fluxo recente de imigrantes provenientes do Bangladesh, e a sua concentração na área de Lisboa, Martim Moniz e zonas envolventes, que estabeleceu um espaço de oração independente dos restantes muçulmanos em Lisboa, onde o bengali enquanto sentido de pertença etnolinguística não foi substituído pelo Islão. Aí aliaram o trabalho com o local de residência e com a rotina religiosa. Este espaço de oração, independente, não contou com o apoio de instituições islâmicas transnacionais (como o caso da Mesquita Central de Lisboa), mas antes, dos esforços desenvolvidos por um grupo de bangladeshianos que se organizaram. Desde Outubro de 2004, que a mesquita do Martim Moniz está inscrita no *Registo de Pessoas Colectivas Religiosas* sob a designação de Centro Islâmico do Bangladesh. Independentemente de alguns pontos de segregação entre muçulmanos ou de traços diferenciadores entre eles, o Islão continua a ser percebido na sociedade portuguesa como algo que excede nacionalidades e etnias e supera a barreira linguística, em prol do calendário islâmico que decorre no centro da vivência diária, a Mesquita.

4. Síntese Conclusiva

²³ MALHEIROS, Jorge Macaísta e VALA, Francisco; *A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Revista de Estudos Demográficos nº 36, Lisboa, INE, Dezembro de 2004, pp. 89-110.

Ao iniciar a pequena investigação a que me propus, de certa forma pioneira no seu objecto de estudo, as expectativas e noções de base que antecederam o desenvolvimento do trabalho não conseguiriam corresponder totalmente às ilações por fim auferidas.

Se na idealização da investigação, ainda numa abordagem pouco familiarizada com a matéria em análise, o estudo da integração de uma das minorias étnicas de matriz islâmica mais representativas em Portugal parecia sugerir um exemplo de incompatibilidades culturais, “islamofobia”, presença de células terroristas, à semelhança do que ocorre em conjunturas semelhantes em outros países europeus, chegando ao termo da investigação, as impressões são distintas. Sabemos agora que Portugal se demarca de outros países europeus pela harmonia entre a sociedade civil portuguesa e os novos imigrantes muçulmanos acolhidos. A nova presença islâmica em Portugal, especificamente a paquistanesa, caracteriza-se por ser uma imigração de motivação económica, maioritariamente masculina e em idade activa, que procura em Portugal a oportunidade de maximizar os seus rendimentos num país europeu, investindo aí as suas aptidões e força de trabalho. A identificação de baixos níveis de escolaridade nos paquistaneses passa a indiciar as poucas habilitações académicas como factor inibidor da integração plena desta minoria na sociedade receptora.

Face às barreiras de comunicação e de adaptação à realidade institucional e cultural do país de acolhimento, entroncamos inevitavelmente na importância capital da autoridade islâmica oficializada em Portugal, incorporante de uma vasta rede de locais de culto, dos quais a Mesquita Central de Lisboa é a expressão máxima. Da conjugação da baixa escolaridade de muitos dos imigrantes paquistaneses com a relativamente bem consolidada expressão do Islão em terras lusas, resulta uma concentração étnica e espiritual interdependente que cruza nacionalidades sob a égide do Alcorão e marca as vivências diárias, entre ambiente profissional e familiar, destas minorias. Vivências reunidas especialmente em Lisboa e em algumas zonas urbanas no litoral do país anunciam que a composição das comunidades ocidentais está a receber estímulos de mudança numa era de fluxos migratórios e de proximidade dos espaços pela revolução das comunicações, do fluxo de capitais a nível mundial e dos espaços multiculturais que coexistem num mundo dominado ainda pelos Estados-Nação.



Bibliografia:

FERIN, Isabel e SANTOS, Clara Almeida, *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Presidência do Conselho de Ministros, 2004.

MALHEIROS, Jorge, *Imigrantes na região de Lisboa, os Anos da Mudança*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.

MALHEIROS, Jorge Macaísta e outros, *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa* – (Observatório da imigração; 22), Lisboa, Março 2007.

MALHEIROS, Jorge Macaísta e VALA, Francisco, *A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Revista de Estudos Demográficos nº 36, Lisboa, INE, Dezembro de 2004, pp. 89-110.

OLIVEIRA, Paulo, *Políticas de Imigração em Portugal*. CEPESE, Observatório Político/FCSH-UNL, 2010.

PAPADEMETRIOU, Demetrios G., *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 2008.

TIESLER, Nina Clara, *Muçulmanos na margem: A nova Presença islâmica em Portugal*, in Revista Sociologia, Problemas e Práticas, nº. 34, 2000.

TIESLER, Nina Clara, *Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português*, *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005.



W.A.R, Shadid and P.S., van Koningsveld (eds.) (1996a), *Muslims in the Margin. Political Responses to the Presence of Islam in Western Europe*, Kampen: Kok Pharos.

Fontes de Informação Electrónica:

Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania – Integração VV.AA, Julho de 2004, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). <<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Actas%20CongressoIm.pdf>>
- consultado em 14-12-09.

Ameaça terrorista «é para levar a sério», TSF, 20 de Janeiro de 2008.
<http://tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=913266>
- consultado em 06-04-10.

A organização das políticas de asilo e imigração em Portugal: estudo efectuado no âmbito da Rede Europeia das Migrações, 2008.
<<http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsiloImigemPortugal.pdf>>
- consultado em 14-04-10.

Centro Comercial Babilónia é "reflexo da multiculturalidade", Diário de Notícias, 29 de Março de 2010.
<http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/Interior.aspx?content_id=1530872&seccao=Sul>
- consultado em 10-05-10.

Comunidade Islâmica de Lisboa. <<http://www.comunidadeislamica.pt>>
- consultado em 02-04-10.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.
<<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/pd-eliminacao-discrimina-racial.html>> - consultado em 20-04-10.

Diário da República, 1.^a série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007.
<http://www.acidi.gov.pt/docs/ACIDI/PII_DR.pdf> - consultado em 20-04-10.

Improving the quality and availability of migration statistics in Europe.
<<http://unstats.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/migrationegm06/DOC%205%20Eurostat.pdf>> - consultado em 20-04-10.

História do Paquistão, Portal São Francisco.
<<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/paquistao/historia-do-paquistao.php>>
- consultado em 12-03-10.



Mais paquistaneses e indianos casam-se com portuguesas. *Diário de Notícias*, 13 Agosto 2009. <http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1333534> - consultado em 06-04-10.

Missão, sobre o ACIDI. <<http://www.acidi.gov.pt>> - consultado em 18-04-10.

Presidência do Conselho de Ministros. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. *Estatísticas da Imigração*.

<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/iest/Estatisticas_GEE_2005.pdf> - consultado em 20-04-10.

Portugal Islâmico. <<http://Portugal-islamico.blogspot.com>> - consultado em 12-04-10.

Regime Jurídico dos Estrangeiros em Portugal. Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro. <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/legis/4_01.html> - consultado em 18-04-10.

Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007.

<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32007R0862:PT:HTML>> - consultado em 20-04-10.

ANEXOS

²⁴ Anexo 1

Distribuição Percentual de Imigrantes por Nível de Qualificação Académica, 2001

Nacionalidades	Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	Ensino Básico	Ensino Secundário e/ou Médio	Ensino Superior
EUROPA	6,2	6,2	37,4	26,1	24,0
União Europeia	7,0	6,8	38,3	24,5	23,4
Federação Russa	3,7	3,9	29,0	27,0	36,3
República Moldava	2,3	2,2	33,5	33,9	28,0
Roménia	3,6	3,0	39,1	38,2	16,0
Ucrânia	3,0	3,0	36,2	30,6	27,3
ÁFRICA	12,6	11,2	58,8	13,8	3,7
Angola	8,2	9,7	60,4	17,8	3,9
Cabo Verde	19,5	13,4	58,5	7,1	1,4
Guiné Bissau	12,0	12,6	56,3	14,4	4,7
Moçambique	5,7	5,1	61,3	21,5	6,4
São Tomé e Príncipe	10,1	11,1	61,9	12,6	4,3
AMÉRICA	5,8	6,7	48,1	25,0	14,3
Brasil	6,0	6,4	46,9	26,7	14,0
Canadá	6,8	11,8	50,9	20,2	10,2
EUA	8,4	9,5	39,8	20,8	21,5
ÁSIA	11,2	10,4	45,1	21,8	11,4
China	12,5	14,5	48,7	19,4	4,9
Índia	11,5	9,0	48,3	22,3	8,8
Paquistão	14,2	9,7	49,4	19,6	7,2
OCEÂNIA	5,3	7,8	45,5	20,8	20,6
APÁTRIDAS	38,4	14,3	34,1	9,5	3,6
Total	9,3	8,7	49,4	20,1	12,5

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001 - INE

²⁴PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. *ESTATÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO*. <<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/rm/estatisticas%20imigracao%20portugal.pdf>> - consultado em 20-04-10.